



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE CASCAVEL**

4ª VARA CÍVEL DE CASCAVEL - PROJUDI

**Avenida Tancredo Neves, 2320 - Fórum - Alto Alegre - Cascavel/PR - CEP:
85.805-000 - Fone: 45 3392-5035 - Celular: (45) 3392-5035 - E-mail: CAS-4VJ-
S@tjpr.jus.br**

Autos nº. 0037411-27.2022.8.16.0021

Processo: 0037411-27.2022.8.16.0021

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Convolução de recuperação judicial em falência

Valor da Causa: R\$37.524.300,58

Autor(s): • Caravaggio Construtora Ltda - EPP

Réu(s): • Este Juízo

1. CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA. ajuizou pedido de Recuperação Judicial, amparada pela Lei n.º 11.101/2005, alegando, em síntese, que atua que há cerca de vinte anos no mercado no comércio, tendo por objetos sociais principais serviços de pavimentação poliédrica e asfáltica, serviços de terraplanagem, construção de rodovias e construção de galerias fluviais e viadutos. Atribui sua crise econômica financeira, em resumo, a problemas de atrasos sucessivos de recebimento de contraprestações, obrigando-lhe a recorrer a empréstimos bancários onerosos, aliado ao aumento dos preços dos produtos derivados do petróleo a partir de 2017. Em sede de tutela de urgência, pretende: **a)** declaração de essencialidade dos bens da autora; **b)** suspensão de todas as ações e execuções que tiverem sido ajuizadas; **c)** determinação de que as instituições financeiras abstenham-se de proceder qualquer ato de retenção ou bloqueio de valores; **d)** suspensão dos efeitos de todos os protestos já existentes e que vierem a surgir sujeitos ao processamento da recuperação judicial.

2. Os documentos juntados aos autos, especialmente a constatação prévia promovida, comprovam que a requerente preenche os requisitos legais para requerimento da recuperação judicial, conforme artigo 48 da Lei n.º. 11.101/05, bem como que, ao menos em um exame preliminar, a atividade empresarial desenvolvida pela sociedade está em situação de crise econômico-financeira.

Com o auxílio da perícia, constatou-se que, no momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, a requerente, que apresentou sua relação nominal de credores nos eventos 1.52, 1.53, 1.54 e 1.55, em consonância ao artigo 51, III, da Lei 11.101/2005, revela o montante total de R\$ 36.276.731,85 (trinta e seis milhões, duzentos e setenta e seis mil setecentos e trinta e um reais e oitenta e cinco centavos). Ademais, quanto aos créditos não



concurais, constatou-se a existência de débito de R\$ 3.399.166,03 (três milhões. trezentos e noventa e nove mil cento e sessenta e seis reais e três centavos).

A petição inicial foi adequadamente instruída, nos exatos termos exigidos pelo artigo 51 da Lei nº. 11.101/05. Em síntese, o pedido está em termos para ter o seu processamento deferido, já que presentes os requisitos legais (artigos 47, 48 e 51 da Lei nº. 11.101/2005).

Assim, pelo exposto, nos termos do artigo 52 da Lei nº. 11.101/2005, **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial da empresa **CARAVAGGIO CONSTRUTORA LTDA.**

3.Da tutela de urgência

Inicialmente, cabe destacar que a pretensão deduzida amolda-se ao conceito de tutela de urgência, sendo uma das modalidades da tutela provisória prevista no artigo 294 e seguintes do Código de Processo Civil.

As tutelas provisórias (de urgência e de evidência) vieram sedimentar a teoria das tutelas diferenciadas, que rompeu com o modelo neutro e único de processo ordinário de cognição plena. São provisórias porque as possibilidades de cognição do processo ainda não se esgotaram, o que apenas ocorrerá no provimento definitivo.

Os requisitos da tutela de urgência estão previstos no artigo 300 do CPC/2015, sendo eles: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Deve-se, neste momento de apreciação do pedido liminar, fazer meramente um juízo de possibilidade, um conhecimento superficial e de aparência, a afastar-se um possível prejuízo futuro ou ineficácia de uma final decisão de mérito, com conhecimento exauriente do caso.

3.1. Do bloqueio/retenção de valores pelas instituições financeiras credoras

Nos termos do artigo 6º, III, da Lei nº. 11.101/2005: *“A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica: (...) III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.”*

Não obstante o consectário legal de estabelecimento de trava bancária sobre créditos concursais, analisando os contratos apresentados, com o auxílio da perícia prévia, possível verificar que alguns dos contratos são garantidos por alienação fiduciária, somando um débito de R\$ 2.122.847,25 (dois milhões, cento e vinte e dois mil e oitocentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos).



Nesse sentido, sabido que créditos desta natureza estão excluídos da recuperação judicial, nos termos do artigo 49, § 3º da Lei nº. 11.101/2005:

*“Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...) § 3º **Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais,** observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.”* (grifei)

Nesse aspecto, embora o artigo 1.361 do Código Civil limite, “a priori”, a propriedade fiduciária a bens móveis infungíveis, com o advento da Lei nº 10.931/2004, admite-se a possibilidade de que o crédito seja objeto de alienação fiduciária em garantia.

Com efeito, o art. 66-B, § 3º da Lei do Mercado de Capital, com a redação dada pela Lei nº. 6 10.931/04, dispõe que:

*“Art. 66-B. O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos. (...) §3º **É admitida a alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, bem como de títulos de crédito**, hipóteses em que, salvo disposição em contrário, a posse direta e indireta do bem objeto da propriedade fiduciária ou do título representativo do direito ou do crédito é atribuída ao credor, que, em caso de inadimplemento ou mora da obrigação garantida, poderá vender a terceiros o bem objeto da propriedade fiduciária independente de leilão, hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda no pagamento do seu crédito e das despesas decorrentes da realização da garantia, entregando ao devedor o saldo, se houver, acompanhado do demonstrativo da operação realizada.”*

Com base em tal dispositivo legal, a E. Corte da Cidadania fixou o entendimento de que a alienação fiduciária de coisa fungível e a cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis, do



mesmo modo que a de títulos de créditos, considerando sua natureza jurídica de propriedade fiduciária, não se submetem aos efeitos da recuperação judicial e às medidas restritivas impostas pelo juízo recuperacional, na forma do art. 49, § 3º, da Lei nº. 11.101/2005::

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. DIREITO EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO FIDUCIÁRIA DE CRÉDITOS. TRAVA BANCÁRIA. LIBERAÇÃO. DESCABIMENTO. JULGADOS DESTA CORTE SUPERIOR. 1. Controvérsia acerca de decisão do juízo de origem que liberou, em favor das empresas recuperandas, trava bancária oriunda de contratos garantidos por cessão fiduciária de crédito. 2. "Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial" (art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, sem grifos no original). 3. Possibilidade de o juízo impor restrições temporárias à propriedade fiduciária de bens de capital, para mantê-los na posse do devedor, em atenção ao princípio da preservação da empresa, conforme previsto no dispositivo legal supracitado. 4. Impossibilidade, contudo, de se impor restrições à propriedade fiduciária de crédito, por não se tratar de bem de capital, segundo entendimento desta Corte Superior. 5. Restabelecimento da trava bancária, na espécie. 6. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp 1475258/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/03/2017)

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PROCURAÇÃO. ADVOGADOS DAS AGRAVADAS. ART. 525, I, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PENHORA ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. CRÉDITOS GARANTIDOS POR CESSÃO FIDUCIÁRIA. (...) 6- Os créditos garantidos por cessão fiduciária não se submetem aos efeitos da recuperação judicial, em razão da interpretação conferida ao § 3º do art. 49 da Lei 11.101/2005. 7- RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO POR ALUTECH E PPX NÃO PROVIDO. 8- RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELO FUNDO PETROS PARCIALMENTE PROVIDO.

(REsp 1635332/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA
TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 21/11/2016)

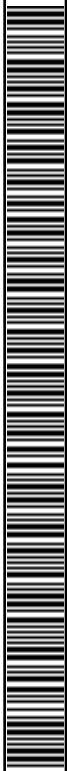
A esse respeito, já decidiu o E. TJPR:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE DEFERIU PEDIDO DE URGÊNCIA PARA LIBERAÇÃO DE TRAVA BANCÁRIA. INSURGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONTRATO DE MÚTUA COM GARANTIA FIDUCIÁRIA. CESSÃO DE RECEBÍVEIS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA. CRÉDITOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA QUE NÃO SE SUJEITAM AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ARTIGO 49, §3 DA LEI 11.101/05 (LRF). SITUAÇÃO QUE NÃO SE ENQUADRA NA EXCEÇÃO PREVISTA QUANTO AOS BENS DE CAPITAL ESSENCIAIS A ATIVIDADE EMPRESARIAL. PRECEDENTE DO STJ – RESP. 1758746/GO. BEM DE NATUREZA FUNGÍVEL E INCORPÓREA FATICAMENTE EM PODER DOS BANCOS – NÃO SE CONSIDERAM BENS DE CAPITAL. IMPOSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO AO CREDOR FIDUCIÁRIO DO BEM AO FINAL DO STAY PERIOD. DEMONSTRATIVO RECENTE DA EXISTÊNCIA DE FLUXO DE CAIXA E SOLVABILIDADE NA GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS RECUPERANDAS EM REGIME DE ATENÇÃO APRESENTADO PELA ADMINISTRADORA JUDICIAL. MANUTENÇÃO DOS TERMOS CONTRATUAIS - PRECEDENTE DESTA 17ª CÂMARA CÍVEL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 17ª Câmara Cível - 0019785-29.2020.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: JUÍZA DE DIREITO SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU SANDRA BAUERMANN - J. 23.11.2020)

Assim, a princípio, os contratos gravados por alienação fiduciária não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, de modo que não há como este Juízo determinar a abstenção das instituições financeiras de procederem qualquer retenção ou bloqueios dos valores/créditos.

Por fim, é verdade que a manutenção das travas bancárias colocam empecilhos para o sucesso da recuperação, mas isso não é motivo suficiente para sujeitar tais créditos à recuperação judicial quando há opção do legislador na própria Lei excluindo a propriedade fiduciária dos efeitos da recuperação judicial.

Logo, **DEFIRO PARCIALMENTE** o pedido liminar para, **com exceção dos créditos decorrentes dos contratos garantidos por alienação/cessão fiduciária**, determinar que as instituições financeiras credoras se abstenham de efetuar descontos ou retenções de quaisquer natureza para compensar ou quitar os débitos existentes na data da recuperação judicial.



3.2. Da suspensão dos efeitos dos protestos

Deferida a Recuperação Judicial, os créditos ficam sujeitos aos procedimentos previstos na Lei nº. 11.101/05, a qual estabelece, em seu artigo 6º, § 4º, a suspensão do curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Ocorre que o sobrestamento não se aplica aos protestos e às anotações restritivas, por ausência de previsão legal.

Especificamente em relação à manutenção dos registros do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, colaciona-se, por relevante, trecho do voto do eminente Relator, Ministro Luis Felipe Salomão, no qual entende que o deferimento do processamento da recuperação judicial não atinge o direito material dos credores:

“(...) como o deferimento do processamento da recuperação judicial não atinge o direito material dos credores, não há falar em exclusão dos débitos, devendo ser mantidos, por conseguinte, os registros do nome do devedor nos bancos de dados e cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, assim como nos tabelionatos de protestos(REsp 1374259/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/06 /2015, DJe 18/06/2015).”

Além disso, somente após a homologação do plano de recuperação judicial é que ocorrerá a novação dos débitos. É o que se extrai da interpretação sistemática do artigo 59 da Lei nº. 11.101/05, no qual se evidencia que, ao mencionar o “plano de recuperação”, na verdade, pressupõe a homologação desse plano.

Assim, o processamento da recuperação judicial não induz a novação automática dos débitos e, portanto, não implica a suspensão dos protestos e restrição nos órgãos de inadimplentes.

Ainda, de acordo com o artigo 61 da Lei nº. 11.101/05, o descumprimento de qualquer obrigação prevista no plano acarretará a convolação da recuperação em falência, com o que *“os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressaltados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial”*.

Assim sendo, o cancelamento dos protestos e a retirada, dos cadastros de inadimplentes, do nome da recuperanda sujeitam-se à condição resolutiva, ou seja, somente após a homologação do plano de recuperação judicial, podendo ser restabelecidos os direitos e garantias originalmente contratados, caso a devedora descumpra obrigação ali contida.

Nessa linha, o Enunciado 54 da I Jornada de Direito Comercial do CJF estabelece que: *“O deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da*



negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos”.

Ademais, destaca-se que essa também foi a conclusão acolhida pela Terceira Turma do STJ, que, apesar de não ter analisado a questão à luz da decisão de processamento (arts. 6º e 52), estabeleceu que somente após a concessão da recuperação judicial, com a homologação do plano e a novação dos créditos (arts. 58 e 59), é que pode haver a retirada do nome da recuperanda dos cadastros de inadimplentes (REsp 1.260.301-DF, DJe 21/8/2012).

A jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná também se coaduna com esse entendimento:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – DECISÃO QUE DEFERIU O PROCESSAMENTO DO PROCEDIMENTO RECUPERACIONAL, BEM COMO INDEFERIU O PLEITO LIMINAR PARA A LIBERAÇÃO DE TRAVA BANCÁRIA E INDEFERIU O PEDIDO LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS EFEITOS DOS PROTESTOS – INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PELAS RECUPERANDAS – TRAVA BANCÁRIA – CRÉDITOS GARANTIDOS POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NÃO SUJEITOS AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ART. 49, § 3º, DA LEI Nº 11.101/2005 – PRECEDENTES DO STJ E DESTA C. CÂMARA CÍVEL – INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO E PROTESTOS FEITOS EM FACE DAS SOCIEDADE DURANTE O STAY PERIOD – DIREITO MATERIAL DOS CREDORES QUE SE MANTÉM INCÓLUME COM O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – ALTERAÇÃO MATERIAL DO CRÉDITO QUE SOMENTE DECORRE DO INSTITUTO DA NOVAÇÃO, A SER REALIZADA NA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES – PRECEDENTE DO STJ – SUSPENSÃO DAS AÇÕES EM FACE DOS COOBRIGADOS E GARANTIDORES – IMPERTINÊNCIA – (...) (TJPR - 17ª C. Cível - 0021042-26.2019.8.16.0000 - Ampére - Rel.: Juiz Fabian Schweitzer - J. 10.06.2020)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DE PROTESTOS E APONTAMENTOS NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO. PEDIDO DEFERIDO. DECISÃO REFORMADA. PRECEDENTES DO STJ. ENUNCIADO Nº 54 DA I JORNADA DE DIREITO COMERCIAL. RECURSO PROVIDO. “O deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos” (Enunciado nº 54, I Jornada de Direito Comercial). Precedente do STJ no REsp 1.374.259-MT. (TJPR - 17ª C. Cível - 0042490-26.2017.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Desembargador Lauri Caetano da Silva - J. 04.06.2018)



Assim, ausente a probabilidade do direito em relação ao referido pedido, indefere-se a tutela de urgência requerida nesse aspecto.

3.3. Da declaração de essencialidade

Durante o *stay period*, por expressa determinação legal, é vedada a retirada do estabelecimento da recuperanda de bens reconhecidos como essenciais à atividade empresarial, tendo em vista o princípio da preservação da empresa:

“Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...) § 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial”

Note-se que houve uma opção legislativa no sentido de que a declaração de essencialidade de bens pode abranger aqueles pertencentes a terceiros e que não se sujeitam à recuperação judicial, mas que estejam em posse da recuperanda, os quais não podem ser dela retirados enquanto vigorar o *stay period*.

No caso em análise, os ativos imobilizados e mobilizados possuem indícios de essencialidade à recuperanda, até mesmo pela atividade exercida, sendo de rigor o reconhecimento, *a prior*, de sua essencialidade à atividade de empresa.

No que se refere ao prazo de manutenção da posse dos veículos, ainda que escoado o *stay period*, para que haja a retirada destes bens, deveria o credor demonstrar que a condição de essencialidade se esvaiu, o que poderá ser debatido nos autos no momento oportuno.

A Corte Superior, inclusive, fixou o entendimento de que o mero decurso do prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no artigo 6º, § 4º, da LFRE não é suficiente para, isoladamente, autorizar a retomada das demandas movidas contra o devedor, uma vez que a suspensão também encontra fundamento nos artigos 47 e 49 daquele diploma legal, cujo objetivo é garantir a preservação da empresa e a manutenção dos bens de capital essenciais à atividade na posse da recuperanda:



PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRAZO DE SUSPENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ESSENCIALIDADE DO BEM. AVALIAÇÃO NECESSÁRIA. 1. Ação ajuizada em 03/09/2012. Recurso Especial interposto em 19/08/2016 e concluso ao Gabinete em 24/03/2017. Julgamento: CPC /15. 2. O propósito recursal é decidir se a ação de busca e apreensão deve prosseguir em relação à empresa em recuperação judicial, quando o bem alienado fiduciariamente é indispensável à sua atividade produtiva. 3. A concessão de efeito suspensivo ao recurso especial deve ser pleiteada de forma apartada, não se admitindo sua inserção nas próprias razões recursais. Precedentes. 4. O mero decurso do prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da LFRE não é bastante para, isoladamente, autorizar a retomada das demandas movidas contra o devedor, uma vez que a suspensão também encontra fundamento nos arts. 47 e 49 daquele diploma legal, cujo objetivo é garantir a preservação da empresa e a manutenção dos bens de capital essenciais à atividade na posse da recuperanda. Precedentes. 5. Apesar de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis não se submeter aos efeitos da recuperação judicial, o juízo universal é competente para avaliar se o bem é indispensável à atividade produtiva da recuperanda. Nessas hipóteses, não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial (art. 49, §3º, da Lei 11.101/05) Precedentes. 6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 1660893 MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 14/08/2017)

No entanto, deve-se impor o destaque de que o reconhecimento da essencialidade dos bens pelo juízo recuperacional, por si só, não tem o condão de alterar o caráter extraconcursal dos créditos a eles vinculados, sobretudo diante da ausência de informação de que o credor fiduciário teria renunciado às garantias.

Ao se reconhecer a essencialidade, apenas se garante que a recuperanda seja mantida na posse dos bens, sem que venha a ensejar a inclusão do crédito garantido por alienação fiduciária no bojo da recuperação judicial.

Ou seja, tais créditos, ainda que garantidos fiduciariamente por bens reconhecidos como essenciais, não se submeterão aos efeitos da recuperação, tendo o legislador apenas resguardado que a recuperanda seja mantida na posse, a fim de se possibilitar a continuidade do desenvolvimento da atividade econômica, visando a preservação da empresa.



4.Nomeio como administrador judicial a pessoa jurídica **M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (MARQUES ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL)**, OAB/PR 6.195, para os fins do artigo 22, I e II, devendo ser intimado, para que em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, pena de substituição (arts. 33 e 34), nos termos do art. 21, parágrafo único, da Lei nº. 11.101/05, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional.

No prazo de cinco dias, o Administrador Judicial deverá apresentar sua proposta de honorários, considerando a constatação prévia realizada, que será analisada pelo juízo após manifestação da recuperanda.

5.Nos termos do artigo 52, II, da Lei 11.101/2005, determino a *“dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios”* no caso, a devedora, observando-se o art. 69 da LRF, ou seja, que o nome empresarial seja seguido da expressão *“em Recuperação Judicial”*.

6.Determino, nos termos do artigo 52, III, da Lei nº. 11.101/2005, *“a suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores”*, na forma do art. 6º da LRF, devendo permanecer *“os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º dessa Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 dessa mesma Lei”*.

A comunicação desta medida aos Juízos onde tramitam tais ações é atribuição da autora (art. 52, § 3º, LRF).

Conforme o disposto no artigo 189, § 1º, I, da LRF, saliente que, para os fins dispostos nessa lei, *“todos os prazos nela previstos ou que dela decorram serão contados em dias corridos”*.

Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação.

7.Determino, nos termos do artigo 52, IV, da Lei nº. 11.101/2005, à devedora a *“apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores”*, a ser apresentado nos presentes autos.

8.Comuniquem-se às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que a devedora tiver estabelecimentos e filiais (art. 52, V, da LRF), na qual deverá constar o conteúdo desta decisão ou cópia desta.



9.Expeça-se o edital a que se refere o artigo 52, § 1º, da Lei 11.101/2005 (deverá conter necessariamente as informações do inciso I, II e III), com advertência dos prazos dos arts. 7º, § 1º, e 55, da LRF.

Deverá também a Recuperanda providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação regional, no prazo de cinco dias.

9.1.O prazo para habilitações ou divergências aos créditos relacionados (pela devedora) é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (art. 7º, § 1º, da LRF).

9.2.Nos termos do artigo 7º, § 1º, da Lei de Recuperação Judicial, após a publicação do edital previsto no artigo 52, § 1º, eventuais habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados pela devedora deverão ser apresentadas diretamente ao administrador judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, somente através do *e-mail*, criado especificamente para este fim, o qual deverá ser informado no edital a ser publicado.

Saliento que as habilitações de crédito deverão conter os requisitos previstos no art. 9º da LRF.

Observe, neste tópico, em especial quanto aos créditos trabalhistas, que para eventual divergência ou habilitação é necessário que exista sentença trabalhista líquida e exigível (com trânsito em julgado), com valor atualizado até a data do pedido de recuperação judicial, competindo ao MM. Juiz do Trabalho eventual fixação do valor a ser reservado.

Eventuais habilitações ou divergências apresentadas nestes autos ou por dependência, durante a fase administrativa de verificação dos créditos, não serão aceitas e recebidas em hipótese alguma. Nesse caso, deverá o Cartório proceder ao cancelamento das movimentações ou dos autos distribuído por dependência, após a intimação do procurador, no prazo 24 (vinte e quatro) horas.

Saliento que tais informações deverão constar EXPRESSAMENTE no edital..

9.3.Decorrido o prazo de habilitação administrativa e após publicação do edital pelo Administrador Judicial, o Comitê, qualquer credor, o devedor ou seus sócios ou o Ministério Público poderão, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da relação referida no artigo 7º, § 2º, da LRF, apresentar ao juiz impugnação contra a relação de credores, apontando a ausência de qualquer crédito ou manifestando-se contra a legitimidade, importância ou classificação de crédito relacionado.



9.4. Publicada a relação de credores apresentada pelo administrador judicial (art. 7º, § 2º, da LRF), eventuais impugnações (art. 8º) deverão ser protocoladas por dependência à recuperação judicial, ao passo que **NÃO** deverão ser juntados nos autos principais (art. 8º, parágrafo único).

9.5. Todas as habilitações de crédito retardatárias (não observado o prazo estipulado no art. 7º, §1º desta lei) deverão também ser processadas na forma dos artigos 10 e 13, parágrafo único, da Lei 11.101/2005, ou seja, por **dependência** aos autos. Se a recuperanda for condenada ao pagamento das custas nas habilitações/impugnações de créditos retardatárias, a cobrança será limitada na proporção de 50%, em conformidade com a Tabela IX, da Lei 6.149/1970.

Saliento que as habilitações de crédito retardatárias, se apresentadas antes da homologação do quadro-geral de credores, serão recebidas como impugnação (art. 10, § 5º, da LRF). Após a homologação do quadro-geral de credores, aqueles que não habilitaram seu crédito poderão, por meio do procedimento ordinário, requerer ao juízo da recuperação judicial a retificação do quadro-geral para inclusão do respectivo crédito (art. 10, §6º LRF).

Determino ainda, que o cartório, quando do recebimento das referidas habilitações, proceda ao cadastro dos credores nos autos da RJ como terceiros devidamente representados pelos procuradores, a fim de receberem as intimações necessárias, evitando-se assim, pedidos de habilitações em duplicidade.

Desde já, em havendo nos autos, pedido de habilitações por procuradores que protocolaram as habilitações por dependência, proceda-se à invalidação dos movimentos, a fim de não tumultuar o feito.

Finalmente, em ambos os casos, recebidas as habilitações, intime-se para manifestação a Recuperanda e/ou Credor, na sequência a Administradora Judicial e, por fim o Ministério Público, todos no prazo de 05 (cinco) dias, de conformidade com o artigo 11 da Lei nº. 11.101 /2005.

9.6. Quanto aos pedidos de Habilitações de Créditos enviadas diretamente do Juízo em que tramitaram os autos de Reclamatória Trabalhista ou ofícios com requerimento de habilitação de crédito trabalhista, acompanhado da respectiva certidão de crédito, o Juízo da Recuperação, com apoio direto do Administrador Judicial, receberá os ofícios e os organizará por ordem cronológica de recebimento, comunicando, na sequência, à recuperanda para efetuar os depósitos judiciais, certificando a entrega nos autos.

O Administrador Judicial deverá informar endereço eletrônico em que serão publicadas informações atualizadas sobre o processo de recuperação judicial, especialmente referente à lista com a ordem cronológica de recebimento dos ofícios e autorização para efetivação dos



depósitos judiciais, sendo dispensável a solicitação dessa informação ao Juízo da Recuperação.

10.O plano de recuperação judicial deve ser apresentado no prazo de 60 (sessenta) dias, na forma do artigo 53 da LRF, sob pena de convolação da recuperação judicial em falência.

Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do artigo 53, parágrafo único, da Lei nº. 11.101/05, com prazo de 30 (trinta) dias para as objeções, devendo a recuperanda providenciar, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico.

11.Oficie-se à Junta Comercial para a anotação de que foi deferido o processamento da Recuperação Judicial da empresa autora, nos termos do artigo 69, parágrafo único, da Lei nº. 11.101/2005.

12.Fica advertida a recuperanda que o descumprimento dos seus ônus processuais poderá ensejar a convolação desta recuperação judicial em falência (art. 73, Lei nº. 11.101/2005 e arts. 5º e 6º do CPC).

13.Fica advertido o administrador judicial que o descumprimento dos seus ônus processuais e determinações judiciais poderão acarretar, conforme o caso, sua substituição ou destituição.

14.Vista ao Ministério Público.

15. Intime-se. Diligências necessárias.

Cascavel, datado e assinado digitalmente.

Samantha Barzotto Dalmina

Juíza de Direito Substituta

